

Bom dia Conselheira Presidente desta Corte de Contas, Lourdes Lima, em nome de quem cumprimento a todos os Conselheiros, Conselheiros Substitutos, colegas procuradores do Ministério Público de Contas. Cumprimento também Dr. Ophir Cavalcante, Procurador Geral do Estado, aqui nesse ato representando o governador do estado, em nome de quem eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes e gostaria também de cumprimentar os servidores dessa Casa, do Ministério Público de Contas, todos aqui da nossa comissão das contas de governo estão aqui presentes. E gostaria de cumprimentar também os jurisdicionados que se encontram aqui e todos que estiverem nos assistindo ou ouvindo.

Em primeiro lugar eu gostaria de falar da alegria e satisfação de participar desse momento tão importante e emblemático que é a sessão extraordinária de apreciação das contas de governo. Elaborar o parecer ministerial não foi uma tarefa fácil, foi uma missão árdua, porém muito gratificante, feito a várias mãos. Mãos dedicadas e proativas, determinadas em cumprir essa missão de suma relevância para o aprimoramento da gestão pública. Não só das contas, mas principalmente da qualidade e eficiência dos programas e ações de governo, dos quais formam a espinha dorsal de uma sociedade mais justa, igualitária, harmônica que tanto almejamos. O parecer ficou um tanto extenso, portanto, não convém eu fazer a leitura dele agora, são mais de 100 páginas e para que os senhores não se cansem, foi preparada uma apresentação. Mas o parecer na íntegra está disponível a todos os Conselheiros e Procuradores, de forma física e no site também pode ser consultado, podem fazer o download do inteiro teor, então quem depois quiser ver o inteiro teor do nosso parecer pode acessar o nosso site e baixar para ler. Dito isso, eu vou ressaltar que apenas abordaremos os pontos principais e mais relevantes.

Eu começo então a apresentação falando da importância do controle externo. Segundo a Constituição Estadual, a Alepa é a responsável pelo julgamento das contas do governador, ela fará esse julgamento com base no parecer prévio elaborado pelo Tribunal de Contas e, perante o Tribunal de Contas, oficia o Ministério Público de Contas, que é o fiscal da lei e do erário. E aí se insere o nosso trabalho, o nosso mister. Portanto, a Alepa, TCE e Ministério Público de Contas são órgãos independentes e harmônicos que foram o controle externo. O parecer prévio das contas de governo é peça chave, que pode conter

determinações, sugestões e alertas para uma gestão proba, eficiente e responsável. Por meio dele conseguimos ter uma visão macro da economia, do planejamento, dos programas e ações, das prioridades e do monitoramento. Por meio dessa análise descobrimos pontos fortes e positivos, e também pontos fracos e negativos, que precisam ser aprimorados. A ideia aqui é fazer proposições que possam corrigir desvios, buscando sempre o melhor para a sociedade e para o cidadão. E esse é o principal papel do controle externo, contribuir com a responsabilidade fiscal e a gestão eficiente da administração pública. E é nessa atuação sobre as contas de governo que o controle externo pode ser incisivo e prospectivo para um futuro melhor. O Ministério Público de Contas também constituiu uma comissão e essa comissão se debruçou sobre o relatório que nos foi enviado, elaborado pela comissão de contas de governo aqui dessa Corte de Contas, capitaneada pelo Relator que é Conselheiro André Dias. Então em primeiro lugar eu quero parabenizar o trabalho de vocês, o relatório estava bastante substancial, com informações onde nós pudemos nos debruçar e trazer as nossas contribuições também. Vamos começar falando sobre – a gente sabe que nos últimos tempos teve uma terrível crise, uma das maiores crises que assolou o país e gerou reflexo em todos os estados, o que não poderia ser diferente no Pará. Porém é importante ressaltar que o equilíbrio das contas do estado do Pará é um protagonismo positivo do estado frente ao cenário nacional, porque o Estado mesmo diante dessa crise econômica, conseguiu o equilíbrio de suas contas e até mesmo a redução da dívida pública.

Nosso primeiro tópico é educação, a educação é essencial ao desenvolvimento do estado, ela é a base para a transformação social. Uma educação de qualidade impacta em diversos setores, impacta na segurança pública, impacta no meio ambiente, na saúde, no desenvolvimento tecnológico tão caro ao desenvolvimento do estado e na geração de emprego e renda. Como nós pudemos ver, o investimento mínimo em educação foi cumprido pelo estado, no entanto, apesar de ter cumprido o investimento mínimo, percebemos que os índices em educação ainda continuam insuficientes, o que precisa ser melhorado. Há ainda altos índices de reprovação, são índices que vêm de muitos anos e que a gente percebe que está havendo uma certa estagnação nessa melhora, então se há um investimento, no entanto não está melhorando os índices, tem alguma coisa errada. E é sobre isso que a gente precisa se

debruçar, para descobrir o que estamos fazendo de errado, para investir de forma mais eficiente o dinheiro público. Outro índice bastante relevante é a alta evasão escolar, que tem uma relação direta com outras ações e programas da área de educação, como por exemplo, o transporte escolar, a valorização do professor, a merenda escolar. Num estado tão grande e continental como o nosso, a gente sabe que principalmente no interior, há dificuldade do estudante se dirigir até às instituições de ensino, até às escolas públicas e o estado precisa fomentar esse transporte, a merenda. Todas essas ações vão culminar com uma elevação dos índices de evasão escolar, na verdade irá, se nós planejarmos bem e aplicarmos bem o dinheiro público, vai haver uma diminuição da evasão escolar. Isso tem relação direta com a distorção idade-série, que a gente também percebe índices elevados de dois ou mais anos. A pessoa quando está cursando uma série onde ela não se sente inserida por ser muito mais velha que os outros, ela acaba, muitas vezes, deixando a escola e isso leva também aos altos índices de evasão escolar. Outro problema é o elevado índice de reprovação. Então se a pessoa vem reprovando muitas series, acaba sendo um desestímulo e todos esses fatores acabam gerando uma alta taxa de evasão escolar, a gente precisa focar em todos esses índices para chegar numa solução.

Um fator positivo da educação é que foi feito concurso público, está sendo feito concurso para suprir mais de duas mil vagas, então esse é um ponto bastante positivo porque vai poder a partir daí se qualificar melhor esse professor. O estado poderá investir na qualificação dos professores porque sabe que tem uma expectativa de permanência desses professores no quadro do governo. Diferente de quando são temporários, onde a gente sabe que vai ficar no máximo dois anos, então não adianta nem investir na qualificação porque senão vai ser contraproducente. Dessa forma, com concursos e servidores efetivos, o estado poderá investir melhor na qualificação desses professores para que a gente tenha uma educação com mais qualidade.

Grande parte dos recursos da educação provêm do FUNDEB, que é o Fundo de Desenvolvimento da Educação. Nesse fundo a gente percebe que o estado do Pará teve de retorno R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), ele investiu mais, investiu R\$ 2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais), investiu mais no fundo, contribuiu mais com o fundo do que teve de retorno. E em parte isso se deve justamente à evasão escolar, porque o cálculo

é feito baseado na quantidade de alunos inscritos no ensino básico e fundamental. Então se a gente não tem uma boa quantidade de alunos inscritos, você vai acabar tendo essa desproporção entre o que você investe e efetivamente e aquilo que você vai ter de retorno.

E recebendo esses R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), a gente percebe que a maior parte, quase que 100% dos gastos do FUNDEB vão para o pagamento com professores. Aí eu também vejo como um gargalo, porque a lei diz que no mínimo 60% é para ser gasto com professor, ou seja, teríamos aí pelo menos uns 40% para investir em infraestrutura, em melhoria nas escolas, porque não basta ter professor se o professor não tem infraestrutura, não tem qualificação e ele não pode dar o seu melhor, fazer com que o aluno tenha o retorno esperado. O aluno também precisa de infraestrutura, de um ambiente harmônico, de um ambiente com uma boa lousa, sem pichações porque senão ele não vai conseguir assimilar direito todos os ensinamentos.

Agora vamos falar sobre a saúde, como vimos também, o Valino já colocou, o estado observou o percentual mínimo de saúde, foi cumprido. Os maiores gastos em saúde, nós fizemos um apanhado e analisamos que os maiores gastos em saúde giraram em torno de 85,29% do orçamento que foi destinado à saúde.

Fazendo o panorama esses gastos ficaram para recursos humanos, manutenção do contrato de gestão de hospitais, OS's, implementação do serviço de alta e média complexidade, co-financiamento de alta e média complexidade e operacionalização das ações administrativas. Ou seja, o investimento do Estado foi mais na implementação de serviços de alta e média complexidade.

Onde ficaram os menores gastos em saúde? Eles somaram 0,61% de sete itens que consideramos muito importantes e que estão destacados. Destacamos justamente para alertar, para ver se o Estado se consegue melhorar o seu planejamento para incluir esses itens como prioritários. Percebemos pouco investimento na estratégia da saúde da família que é um programa de prevenção, existem Estados onde pessoas visitam as casas das famílias, medem pressão, dão dicas de saúde. Enfim, são atitudes preventivas que fazem com que a população assimile e depois não precisem tanto demandar de postos de saúde e de hospitais. É um investimento relativamente menor onde vai se ter um resultado maior em relação ao dispêndio de recursos. O cofinanciamento da

atenção básica, a gente sabe que ela é prioritária dos municípios. Mas o Estado também pode colaborar, e colaborando na atenção básica, porque sabemos que nem todos os municípios conseguem realmente aplicar, nem sempre a aplicação dos municípios supre as carências que o município necessita, e então se precisa ter o cofinanciamento do Estado. E se o Estado der mais atenção a atenção básica ele não precisa investir tanto na média e alta complexidade que é muito mais onerosa em termos de investimento do que a atenção básica. O atendimento integrado de crianças e adolescentes também no sentido da prevenção. Atenção à saúde ocupacional do servidor também no sentido da prevenção. Vigilância sanitária, educação com saúde, todos no sentido da prevenção e a auditoria é justamente no controle. As auditorias são importantes justamente para mostrar onde estão os desvios, o que não está dando certo e planejar melhor para que o dinheiro seja investido de uma forma mais eficiente. Então esses são os menores gastos que recomendamos que o governo olhe com maior prioridade.

Vamos analisar um pouco dos índices da saúde. A expectativa de vida do paraense gira em torno de 72 anos e isso está abaixo da média nacional de 75 anos. Isso é devido a mortes, doenças que acontecem, então o índice demonstra que realmente estamos precisando investir mais em saúde. O número de médicos e leitos, menos de um médico e 1,31 leitos por mil habitantes. Extremamente insuficiente. Esperamos que com as inaugurações que vão ocorrer dos novos hospitais, essa perspectiva melhore. Cobertura da vacinação, 60% da população em 2016, ainda precisa melhorar muito, o ideal é que gire em torno de 90%. Dengue, zika e chikungunya, necessidade de investimentos contínuos para redução da doença e de óbitos.

A qualidade da água, somente 36% da água do Estado do Pará é própria para o consumo humano. Então mais de 60% das pessoas não consomem água salubre, água é vital para a vida, nosso organismo é formado de 90% de água e precisamos disso para sobreviver. Se as pessoas não consomem água sadia, elas vão adoecer.

Vamos falar sobre segurança pública. Vemos todos os dias nos noticiários rebeliões em presídios, índices de violência cada vez maiores, o que traz uma sensação de insegurança muito grande. Não só no Pará, mas em todos os Estados da federação observamos isso. O Conselho Nacional dos Procuradores

Gerais de Contas, no ano passado percebendo essa deficiência geral do Estado em segurança pública fez uma atuação conjunta nacional com todos os Ministérios Públicos de Contas da Federação. Então no ano passado o Dr. Felipe Rosa Cruz que era o procurador-geral de contas protocolou no TCE em 09/01/2017 uma representação com um pedido de medida cautelar em face da SEAD e da Susipe. O que foi atendido pelo Tribunal de Contas, deferida a medida cautelar e instaurada a auditoria operacional no sistema carcerário paraense para um diagnóstico circunstanciado do sistema prisional do Pará e a proposição de melhorias. Tanto a representação quanto a AOP, a Auditoria Operacional ainda está em curso nessa corte de contas. Vamos ver alguns índices da segurança que nos preocupam. A taxa de homicídios, roubos e homicídios no trânsito. Taxas de homicídios por 100 mil habitantes no Pará aumentou de quase 41% para 44%. A taxa de roubo aumentou de 1.349 para 1.433 ocorrências. A taxa de homicídios no trânsito teve um aumento pequeno de 12,06% para 12,11%, o que demonstra a efetividade e eficiência das ações governamentais que foram feitas nesse setor. O Pará ocupa o quarto lugar no ranking dos Estados com maiores índices de homicídios do Brasil. Ou seja, existe uma necessidade de uma maior alocação dos recursos.

O controle interno do Estado do Pará é desempenhado pela AGE, Auditoria Geral do Estado. E aqui estamos com o Dr. Paulo Amoras auditor geral. O TCE observou que não foram feitas auditorias em 2017. Apesar da AGE ter realizado avaliações, análises e acompanhamento da gestão pública estadual, através de informações encaminhadas pelos órgãos. É necessário que haja ações de fiscalização e auditorias que precisem ser melhoradas, como a auditoria por amostragem de risco in loco, e publicação das mesmas na internet. E que a AGE incentive e cobre a transparência dos gestores em todos os setores do Estado. Gestão fiscal.

Os gastos com pessoal. Sabemos que o TCE tem uma resolução onde ele não aplica o cômputo do imposto de renda para os gastos com pessoal e o MPC tem o entendimento diferente, ele entende que é necessária a inclusão dos valores relativos ao imposto de renda, sob pena de artificialmente diminuir o percentual de gasto com o pessoal em contrariedade a lei de responsabilidade fiscal e conforme as normas da Secretaria do Tesouro Nacional. No balanço geral do Estado em 2017, foi ultrapassado o limite de alerta de 54% da receita

corrente líquida, estamos falando do Estado como um todo e não só do Poder Executivo como foi colocado pelo Valino. Então no Estado como um todo, esse limite é em torno de 54% e o Estado ultrapassou pouco, 54,61%. Mas, recomenda-se emitir um alerta para que o governo do Estado adote medidas necessárias para a observância dos limites da lei de responsabilidade fiscal.

Em 2017 a dívida ativa saltou como vimos na explanação do Valino, de R\$16.000.000.000,00 (dezesesseis bilhões de reais), para 19 e teve um aumento de R\$ 3.240.000.000,00 (três bilhões e 240 milhões de reais). Parte disso se deve a baixa capacidade de arrecadação desses créditos, sendo necessário, portanto, o reaparelhamento dos órgãos de arrecadação, SEFA e PGE, com melhorias no sistema para cobranças da dívida ativa e incrementos no corpo de pessoal. Responsabilidade fiscal e equilíbrio financeiro.

Um ponto positivo como a gente viu, é que o Estado conseguiu se manter equilibrado financeiramente mesmo diante dessa crise, então a dívida pública consolidada vem atendendo aos limites de endividamento determinados pelo senado federal. Embora, como vimos, o estoque da dívida ativa seja crescente nos últimos anos.

O Pará atendeu a regra de ouro, que em termos mais simples é ter mais receitas e menos despesas. Então observamos que as operações de créditos, ou seja, o endividamento do Estado em 2017 totalizou R\$ 342.600.000,00 (trezentos e quarenta e dois milhões e seiscentos mil reais) e não excederam ao montante do investimento que é a despesa com capital de um R\$1.620.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e vinte milhões de reais) ou seja, o montante de investimentos foi bem superior as operações de créditos que são as despesas. Teve a disponibilidade de caixa líquida de R\$ 6.950.000.000,00 (seis bilhões, novecentos e cinquenta milhões de reais) em que evidenciou recursos financeiros suficientes para a inscrição de restos a pagar não processados de R\$ 14.960.000,00 (quatorze milhões, novecentos e sessenta mil reais).

As metas fiscais, é importante destacar o superávit no resultado primário de R\$ 16.850.000,00 (dezesesseis milhões, oitocentos e cinquenta mil) superior a R\$ 11,55 estabelecidos na LDO o que vem se repetindo desde 2013. Tivemos também a redução da dívida fiscal líquida como já foi explanado pelo Valino e isso rendeu para que o Estado do Pará tivesse o conceito "A" na avaliação do

Tesouro Nacional que mede a capacidade de pagamento dos Estados. Somente dois Estados tiveram esse conceito A, que foi o Pará e o Espírito Santo. O Pará está pelo quarto ano consecutivo conseguindo manter esse patamar, o que é de se elogiar. A postura adotada pelo governo com medidas de austeridade fiscal manteve o Pará financeiramente equilibrado mesmo na crise pelo qual se atravessa. Em que alguns Estados não conseguem sequer pagar a folha de servidores.

Transparência, o Pará vem se empenhando em cumprir a lei de acesso à informação, mas, ainda precisa disponibilizar dados importantes, por vezes ausentes ou desatualizados nos sites oficiais. Fizemos uma análise por amostragem nos sites da Sespa, Seduc e Seplan, onde verificamos a falta de clareza e às vezes completude das informações necessárias ao fácil acesso do cidadão. Como informações detalhadas de gastos e receitas, inclusive de hospitais gerenciados por organizações sociais, auditorias externas, licitações, controle interno, e, principalmente falta a atualização de dados relevantes para o controle social. Merecem elogios as transparências alcançadas na remuneração dos servidores.

Agora vamos ao monitoramento das determinações e recomendações do parecer ministerial referentes as contas de 2016 que serão reiterados porque não foram atendidos.

A primeira determinação foi em relação a auditoria operacional da educação feita em 2014, onde foram encontrados achados, tiveram recomendações e determinações. E que não foram observadas pela Seduc. Então, foi proposto que a Seduc fizesse um novo plano de ação com proposição de melhorias e esse plano de ação vai ser monitorado pelo Tribunal de Contas.

A determinação dois - de concurso público - a gente percebe que teve um grande avanço do Estado. Ano passado foram realizados dois concursos grandes, tanto da Seduc, quando da Susipe, mas, ainda tem muito a progredir. Sabemos que é um problema que assola o Estado do Pará há muitos anos, de temporários e que viemos batendo cotidianamente, então o Estado ainda precisa evoluir para que o quadro permanente do serviço público não seja preenchido por mão de obra temporária e para que se possa fazer investimento nesses servidores efetivos.

A outra determinação foi em relação a taxa mineral. Como sabemos ela só pode ser utilizada em despesas relativas ao poder de polícia mineral, permitida a liberdade alocativa de no máximo 30% do total arrecadado. Em 2017 percebeu-se que 38% foi destinado às despesas não relacionadas a mesma. Então se tirarmos o percentual de 30%, 8% não foi atendido pelo Estado do Pará. É imprescindível que o Estado crie códigos fontes específicos para taxa mineral nos moldes de outras taxas estaduais para que possamos ter um acompanhamento melhor do direcionamento desses recursos.

Saneamento, a determinação quatro foi em saneamento básico. Que sejam implementadas as ações nas políticas públicas da Cosanpa e Sedop para ampliar a cobertura, qualidade e sustentabilidade dos serviços de saneamento. Percebemos então que o saneamento é prioritário como eu falei da água ainda a pouco e que precisa ainda aumentar os investimentos nesse setor.

Apesar de algumas falhas apontadas, muitas originárias em épocas bem remotas, as demonstrações contábeis e consolidadas evidenciaram que foram no essencial observados os princípios constitucionais vigentes e legais que regem a administração pública.

Portanto, o opinativo desse Ministério Público é favorável às contas do governador Simão Jatene de 2017, sem prejuízo das determinações, recomendações e a emissão de alerta referente aos gastos com pessoal a seguir especificados.

Nós colocamos um olhar para o futuro, que é para deixar bem claro que essas recomendações e determinações do MPC são no sentido de ser um olhar prospectivo, queremos ajudar a gestão e queremos fazer com o que o dinheiro público seja corretamente empregado de forma eficiente, e essa é nossa contribuição para a gestão.

As determinações são o que vem da lei, são determinações legais que precisam ser cumpridas, então aqui reiteramos as de 2016, pedimos para que haja uma individualização dos investimentos na educação de forma mais clara e objetiva, o que foi feito com saúde no ano passado. Pedimos que haja uma maior transparência nos gastos com hospitais administrados por organizações sociais, aprimoramento no site da Sespa, da Seduc e da Segup. Já falamos que o programa de saneamento básico seja prioritário. Aprimoramento na transparência, fiscalização por parte da AGE de todos os entes da administração

estadual, principalmente no que se tange a transparência e publicação dos atos de fiscalização, auditoria e controle interno. Que disponibilize ao Estado uma espécie de mural de licitações.

E as nossas recomendações que são as sugestões de melhoria. A adoção de medidas para o aprimoramento em saúde, segurança e saneamento. Efetuar um monitoramento dos programas do PPA e da LOA de forma concomitante a avaliação dos resultados, evitando o contingenciamento em ações prioritárias, como, por exemplo, foi observado no serviço profissionalizante. Implantar políticas públicas para uma educação mais inclusiva. Proceder a discriminação dos gastos com a judicialização da saúde que é muito importante. Percebemos que está tendo um aumento muito grande da judicialização com a saúde, e é importante até para o Estado ter essa discriminação para desenvolver melhor o planejamento. Aumento nos investimentos em promoção da saúde, prevenção, atenção básica, auditorias. Atuar com maior efetivação da inserção social do preso e integração social dos jovens infratores. Celebração de convênios com vagas para egressos e realização de mutirões. Centralização de aquisição da alimentação dos presos, todas são sugestões para que se haja uma melhoria do Estado. O limite de alerta já falamos.

Para a reflexão, eu escolhi uma foto e uma frase de reflexão. Essa foto foi feita pelo procurador de contas Stanley Botti, ele não está aqui agora, mas ele fez a foto no dia 22 de maio, anteontem. Foi um dia que eu considero emblemático para o Ministério Público de Contas. Nós entregamos esse parecer ministerial sobre as contas do governo feito com muita dedicação pela nossa equipe da Comissão de contas do governo. Primeiro eu quero que os senhores me digam o que observam nessa foto. É um arco-íris, o céu está claro, porque na verdade, foi um arco-íris muito bem delimitado e ele finaliza justamente no Ministério Público de Contas e aqui na corte de controle nos órgãos ministeriais. A leitura que eu fiz disso, é que na realidade era como se fosse o Dr. Antônio nos abençoando, porque eu tenho certeza de que foi um dia emblemático e que ele teria muito orgulho de estar aqui.

Não posso deixar de fazer os agradecimentos, primeiramente a Deus que nos abençoou e permitiu que fizéssemos esse trabalho, agradecer ao TCE na pessoa da senhora, Presidente Lourdes, do conselheiro André Dias e de toda a Comissão de contas de governo também do TCE onde tivemos uma interação

harmônica e eficiente, uma troca de dados, isso é muito importante para a construção dos pareceres. Eu quero elogiar muito e agradecer ao trabalho da nossa Comissão. Foi uma Comissão que não mediu esforços. Diuturnamente, sabemos que o prazo que temos é muito curto e eles não mediram esforços em ficar até mais tarde, virar noites, e enfim, eu preciso muito agradecer a procuradora Deíla, que foi uma grande entusiasta dessa Comissão trazendo sempre ideias, ela foi a responsável pelo tema da saúde, como não poderia deixar de ser, da segurança pública e da transparência. Quero agradecer também ao procurador Guilherme, que foi o responsável pelo tema da gestão fiscal e dos concursos públicos. Quero agradecer ao procurador Patrick que foi o responsável pelo tema da taxa mineral e ao Stephenson que foi o responsável pelo tema do saneamento básico. Agradecer aos servidores, Karen, Laís, Camila, France, Gabriel e Vanessa que não mediram esforços. E os servidores da área da tecnologia da informação, César, Jair, Daniel, que foram essenciais para a consolidação da diagramação desse parecer. E também a Gioya e a Vânia que muitas vezes ficaram até muito mais tarde para nos dar suporte e apoio.

Com isso eu concluo os agradecimentos e quero finalizar somente com essa frase de José Ortega y Gasset: "é imoral pretender que uma coisa desejada se realize magicamente, simplesmente porque a desejamos. Só é moral o desejo acompanhado da severa vontade de prover os meios de sua execução". Obrigada.